



Prefeitura Municipal de
**SUCUPIRA
DO RIACHÃO**
Administrando para o povo

PM de Sucupira do Riachão-MA

Processo Nº 0254/244/2021

Inexigibilidade Nº 001/2021

Fls. _____

Henrique Luis M. da Costa

INEXIGIBILIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - CPL Nº 001.2021

CONTRATO Nº 0254.244.01/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA, CONSULTORIA JURÍDICA E PATROCÍNIO DE CAUSAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SUCUPIRA DO RIACHÃO - MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DO OUTRO LEANDRO CAVALCANTE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

Pelo presente instrumento, disciplinado pela Constituição Federal vigente, conforme Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, de um lado, como constituinte, aqui denominada simplesmente **CONTRATANTE**, a pessoa jurídica de direito público **O MUNICÍPIO DE SÃO SUCUPIRA DO RIACHÃO**, no Estado do Maranhão, com sede administrativa na Rua São José, Nº 479, Centro - CEP: 65668-000 - CNPJ: 01.612.338/0001-67, através da Secretaria Municipal de Administração Sra. Klévia Maria Lima de Sousa, brasileira, solteira, portador do CPF n.º 045.725.553.62 e do outro lado, como constituído, aqui denominado **CONTRATADA**, a sociedade de advogados **LEANDRO CAVALCANTE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ nº 17.528.719/0001-00, empresa prestadora de serviços técnicos especializados na área jurídica, representada neste ato, por seu sócio administrador, a Sr. **LEANDRO CAVALCANTE DE CARVALHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o n.º 884.477.233-72 e OAB (PI) 5973, com sede a Avenida Senador Área Leão, nº 2185, sala 812, Centro, Teresina-PI, CEP: 64.051-090, têm entre si, justo e contratado, as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATADA, na qualidade de sociedade de advogados, obriga-se a prestar serviços profissionais de assessoria, consultoria jurídica e administrativa a CONTRATANTE, com o devido zelo, compreendendo:

Prestação de serviços de assessoria, consultoria jurídica e patrocínio de causas administrativas e judiciais, representado e peticionando perante os juízos Cíveis de segundo e terceiro grau no TJ-MA, TRF, STJ, STF assim como as demandas trabalhistas no TRT e TST usando dos recursos legais e acompanhando-os em detrimento do bom funcionamento da Prefeitura Municipal de Sucupira do Riachão – MA

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATANTE obriga-se a disponibilizar profissional para proceder à visita na sede da Prefeitura, quando requisitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA obriga-se a zelar pelo cumprimento dos termos contratuais, fornecendo relatório ao contratado sempre que exigido.

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATADA deverá comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATANTE obriga-se a fornecer ao CONTRATADO todos os documentos, atestados, certidões, declarações, cópias e demais provas solicitadas que possam servir como elementos indispensáveis à prestação de serviços contratada.

CLÁUSULA SEXTA – A CONTRATANTE, pelos serviços profissionais ora avençados, obriga-



se a pagar ao CONTRATADO, com fonte de recursos do FPM, ICMS, TESOIRO MUNICIPAL E OUTROS, os honorários advocatícios, pela prestação de serviços, na soma GLOBAL BRUTA correspondente a **R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)**, dividido em pagamentos mensais em doze (12) parcelas de **R\$ 11.000,00 (onze mil reais)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A soma líquida de cada parcela será creditada na conta corrente n.º 28.073-9, agência n.º 3178-x (Banco do Brasil), de titularidade da CONTRATADA, por meio de transferência eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica autorizada a contratada a proceder à recepção automática de seu crédito por meio de repasse diretamente de seu gerenciador financeiro, conforme autorização de débito.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Contrato será suportado mediante empenho na dotação orçamentária vigente.

401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL.

04 122 0002 2.013 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria Administração Geral;

3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES A CONTRATADA – Poderão ser aplicadas as penalidades expressamente previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, e as especificadas no referido Contrato. Em caso de inadimplência ou impontualidade da CONTRATADA, total ou parcialmente, esta ficará sujeita às sanções legais, a saber: **1.º)** Advertência; **2.º)** Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia ultrapassado o referido prazo ficará sujeito à multa de 10% do valor adjudicado; **3.º)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos e **4.º)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – O contrato em apreço tem vigência a partir da data de seu firmamento, perdurando até o dia 31 de Dezembro de 2021, podendo ser prorrogado à luz do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93 e/ou rescindido nos termos do art. 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, impondo para este, a necessária notificação de comunicação ao contraente denunciado.

CLÁUSULA NONA – O presente instrumento é formalizado em decorrência do art. 13, II e III, art. 25, caput, II, da Lei n.º 8.666/93, c/c Lei Federal nº 14.039/20. Tornando inexigível o processo licitatório.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato contratual deve ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, em até cinco dias, nos termos do art. 26, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

H) – Os casos omissos serão resolvidos como prescreve a Lei nº 8.666/93, e suas alterações, além da Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal;



- I) – A qualquer tempo as partes poderão de comum acordo, celebrar termos aditivos ao presente Contrato, objetivando resolver na esfera administrativa os casos omissos ou questões suscitadas durante a vigência do mesmo;
- J) – Há cada 90 (noventa) dias, a contratada deve, juntamente, com o recibo e nota fiscal de serviços, deve ser entregue certidão negativa de débitos previdenciários;
- K) – O não atendimento do item C acarretará suspensão dos pagamentos;
- L) – Quando da apresentação da primeira NF, a contratada deverá apresentar as certidões negativas perante as fazendas públicas, comprovante de regularidade perante o FGTS, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão negativa de falência e alvará de funcionamento, sob pena de retenção do pagamento;
- M) – Qualquer processamento obedecerá às disposições da Lei n.º 9784/99 e Lei n.º 8.112/90;
- N) – As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro de São João dos Patos (MA), em que serão dirimidas as eventuais questões decorrentes do presente Contrato.

Depois de devidamente lido às partes, tendo por estarem de comum acordo com as cláusulas e condições expressas neste instrumento, firmam o presente termo em duas (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos.

Sucupira do Riachão (MA), 25 de Janeiro de 2021.

CONTRAENTES

<i>Klévia Maria Lima de Sousa</i> KLÉVIA MARIA LIMA DE SOUSA, BRASILEIRA CPF N.º 045.725.553.62 CONTRATANTE	<i>Leandro Cavalcante de Almeida</i> LEANDRO CAVALCANTE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA CNPJ nº 17.528.719/0001-00 CONTRATADA
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TESTEMUNHAS

NOME COMPLETO	CPF	ASSINATURA
<i>Jose Warlem B. da Silva</i>	<i>440841193-20</i>	<i>Jose Warlem B. da Silva</i>
<i>Marcos Mano Evaristo</i>	<i>05333584346</i>	<i>Marcos Mano Evaristo</i>